

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: CARLOS COSTA **DATA:** 03.07.15

Marcelo Queiroz recebe os secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras

Em www.carloscosta.com.br,
03 de Julho de 2015



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, recebeu na noite da última terça-feira, 01, em um jantar realizado na sede da Federação, secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras. A recepção de boas vindas antecedeu o início das atividades do 6º Encontro Nacional de Secretários de Meio

Ambiente das Capitais Brasileiras (CB-27). O evento é uma plataforma colaborativa criada para que os gestores das 27 capitais do País discutam a respeito dos desafios da política ambiental, e troquem experiências das boas práticas sustentáveis já implementadas pelos municípios.

Marcelo Queiroz ressaltou a importância do Fórum dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais, afirmando ser este o órgão responsável pela coordenação, alinhamento e operacionalização das políticas de meio ambiente das principais cidades do país. “Políticas nas quais se inserem vários pontos de relação direta com o setor produtivo, que nós orgulhosamente representamos. Felizmente, posso afirmar também que a certeza da necessidade indiscutível de um bom convívio entre a ação empreendedora e a consciência ambiental é algo cada vez mais presente no dia a dia das empresas”, finalizou Queiroz.

[Link para a notícia](#)

VEÍCULO: PORTAL NO AR DATA: 02.07.15

Sesc RN apresenta show do trio Choro de Lá pra Cá

Em portalnoar.com,
02 de Julho de 2015

Na próxima quinta-feira (09/07), o projeto Janela Aberta Sesc apresenta o show do trio Choro de Lá pra Cá, com os músicos potiguares Diogo Guanabara e Caio Padilha e a flautista estadunidense Julie Koidin, além de participação especial da cantora Camila Masiso. A apresentação acontece às 19h, no Sesc Centro. Para assistir, basta levar 1 kg de alimento não perecível 1h antes do espetáculo e trocar pelo ingresso. Os alimentos arrecadados serão destinados ao programa assistencial Mesa Brasil Sesc. O trio Choro de Lá pra Cá surgiu do encontro casual de músicos interessados em música popular brasileira sob diferentes perspectivas. A partir do choro, principal expressão instrumental brasileira, o grupo avança para investigações de outros gêneros brasileiros, como o samba, o maxixe e o baião, integrando culturas do Sudeste e Nordeste do Brasil.

Além disso, o trio une a bagagem instrumental erudita da flautista Julie Koidin, as influências jazzísticas do bandolinista Diogo Guanabara, e as vivências de música popular de raiz do violonista Caio Padilha. O repertório do show de quinta-feira contará com músicas de Caio Padilha e Diogo Guanabara, bem como outras composições, resultando numa intensa viagem entre melodias, ritmos e harmonias do rico universo musical brasileiro. Serviço: Projeto Janela Aberta Sesc apresenta show do trio Choro de Lá pra Cá, com Caio Padilha (RN), Diogo Guanabara (RN), Julie Koidin (EUA), e participação da cantora Camila Masiso (RN). Dia: Quinta-feira (09/07), às 19h. Local: Auditório do Sesc Centro (Rua Cel. Cascudo, 33, Cidade Alta, Natal/RN Entrada 1 kg de alimento não perecível (exceto sal) – trocar alimento por ingresso 1h antes do show

[Link para a notícia](#)

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

DEPUTADOS VÃO AO STF CONTRA REDUÇÃO PENAL

/ REAÇÃO / APÓS MANOBRA DE EDUARDO CUNHA PARA IMPOR NOVA VOTAÇÃO DA MAIORIDADE, DEPUTADOS CONTRÁRIOS À MEDIDA VÃO AO STF PARA DERRUBAR EMENDA APROVADA NA CÂMARA

CAROLINA GONÇALVES
NOME DA AGENCIA

DEPUTADOS CONTRÁRIOS À aprovação da emenda que reduziu a maioria penal de 18 anos para 16 anos para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, tentarão anular a votação da madrugada de ontem (2) por meio de mandado de segurança que será apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a emenda. Ontem também a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criticaram a aprovação da proposta. Segundo as entidades, a mudança é inconstitucional.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) afirmou que o procedimento de colocar em votação emendas aglutinativas apresentadas depois que nro-



▶ Deputados contrários à redução classificaram a manobra de Eduardo Cunha como golpe e falta de respeito

postas substitutivas são rejeitadas pelo plenário está previsto no Regimento Interno da Casa. "É cristalino", esclareceu, citando questões colocadas pelo petista Arlindo Chinaglia quando comandava a Câmara.

Favorável à redução da maioria, Cunha voltou a rebater acusações de que só são aprovadas matérias que ele apoia. "Ninguém ganha num país em que precisamos discutir impunidade, mesmo com o problema de violência que temos. Por causa da realidade existente, quem ganhou com a votação foi a população brasileira, que é favorável à proposta."

O vice-líder do PT, Alessandro Molon (RJ) explicou que o documento que será encaminhado ao STF será construído sem pressa. Segundo ele, a estratégia não ficará limitada à votação da maioria penal, mas sobre a condução de Eduardo Cunha nessas votações polêmicas. "Não podemos ter uma Casa de leis em que as

votações só terminam quando é aprovado o que o presidente quer. Isso não é democracia. Vamos mostrar que esse comportamento reiterado do presidente ameaça a democracia. Toda vez que ele perde, encerra a votação da noite, reorganiza os partidos conforme suas preferências e refaz a votação até que vença sua posição", alertou Molon.

De acordo com Molon, o mesmo procedimento, de retomar votações depois da rejeição das matérias, a partir da apreciação de emendas, também foi adotado no caso do artigo diferenciando áreas fim e meio no projeto de lei das terceirizações e no artigo que tratou do financiamento de campanha previsto na PEC da Reforma Política. "O perigo é admitirmos que quem tem o poder de agenda, de pausar os temas, tenha também o poder de escolher o que será ou não aprovado", acrescentou o vice-lí-

der do PT.

Na terça-feira (30), o plenário rejeitou a proposta de emenda à Constituição (PEC) 171 que reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos. Anteontem (1º), alguns partidos favoráveis à mudança se articularam e apresentaram uma emenda aglutinativa semelhante ao texto anterior, mas retirando situações como tráfico de drogas e roubo qualificado dos casos de punição a menores de 16 anos. O novo texto foi aprovado por 323 votos favoráveis, 155 contrários e duas abstenções.

Para o deputado Henrique Fontana (PT-RS) tem prevalecido sempre a "vontade do imperador". O parlamentar classificou Cunha como autoritário e afirmou que a postura do presidente tem incomodado inclusive seus aliados. "A votação foi evidentemente um golpe contra a Constituição, que deixa claro que uma mesma matéria não

pode ser votada duas vezes como emenda constitucional no mesmo ano. Portanto, as emendas aglutinativas que o presidente inventou são ilegais", concluiu.

O ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, disse que o governo mantém a posição contrária à redução da maioria penal, mas respeita a decisão do Legislativo. "Todo mundo sabe que o governo é contrário à redução da maioria penal, mas nós respeitamos o Legislativo. Penso que é um poder autônomo, que tem todo o poder de deliberar e assumir suas posições", avaliou Edinho, após reunião com o presidente da República em exercício, Michel Temer. "O governo vai continuar defendendo suas posições. O governo entende que esse não é o melhor caminho para possa combater a violência, mas respeita o Poder Legislativo brasileiro."

BANCADA POTIGUAR DEU SETE VOTOS FAVORÁVEIS

A bancada potiguar manteve o posicionado favorável à redução da maioria penal na votação desta quarta-feira sobre o tema no Plenário da Câmara dos Deputados. Dos oito parlamentares, sete votaram pela mudança. O deputado Rafael Motta (PROS), que votou contra no dia anterior, passou a defender a alteração constitucional. O único voto contra a redução foi da deputada Zenaide Maia (PR).

Votaram favoráveis desta vez Fábio Faria (PSD), Felipe Maia (DEM), Antônio Jácome (PMN), Beto Rosado (PP), Walter Alves (PMDB), Rafael Motta (PROS) e Rogério Marinho (PSDB). Este último não participou da eleição da última terça-feira em razão de problemas pessoais.

Pelo previsto no projeto, que ainda precisa passar pelo Senado a maioria penal caiu de 18 para 16 anos nos casos de estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A regra de cumprimento da pena será em estabelecimento separado dos destinados aos maiores de 18 anos e dos menores inimputáveis.

A União, os estados e o Distrito Federal serão responsáveis pela criação desses estabelecimentos diferenciados. Por outro lado, o dispositivo que impedia o contingenciamento de recursos orçamentários destinados aos programas socioeducativos e de ressocialização do adolescente em conflito com a lei não consta da emenda aprovada.

FOTOS: ALEX FERREIRA / CÂMARA DOS DEPUTADOS



► Rafael Motta acabou mudando de opinião, após votar contra na 1ª votação



► Zenaide Maia, do PR, a única parlamentar federal contrária à redução

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: POLÍTICA



► Criticado, Cunha partiu para o ataque contra o Governo

/ CRISE /

CUNHA PEDE SAÍDA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

CAROLINA GONÇALVES
NOME DA AGENCIA

O PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse ontem (2) que o vice-presidente da República Michel Temer tem que deixar a articulação política do governo assim que for concluída a votação das matérias sobre o ajuste fiscal. "Michel Temer entrou para melhorar esta articulação política e está claramente sendo sabotado por parte do PT. Acho que deveria deixar a articulação política", afirmou Cunha.

Para o parlamentar, a articulação política do governo está, a cada hora, indo para um caminho equivocado. "Do jeito que está aqui, com o governo se misturando com o PT no mesmo mal, o PMDB deve ficar longe, porque isso não está fazendo bem para o PMDB e, ao mesmo tempo, o governo, como está se comportando dentro da Casa, não está fazendo bem a ele", concluiu.

As afirmações foram uma reação de Cunha às críticas de parlamentares que questionam votações polêmicas, como a que garantiu a aprovação da redução da maioria penal a partir da votação de emendas. A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, no começo da madrugada de ontem (2) uma emenda substitutiva,

praticamente idêntica ao texto derrubado no dia anterior (1º), e que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

"Isso é choro de quem não tem voto, de quem está entrando em agenda que não é da sociedade. Não é à toa que o governo está indo para 9% de popularidade e está do mesmo tamanho de quem apoia a manutenção da idade penal", disse Cunha.

Após as declarações de Cunha, o ministro Edinho Silva, da Secretaria de Comunicação Social, disse que Temer tem "papel fundamental na governabilidade". Edinho se encontrou com Temer no gabinete da Vice-Presidência e, na saída, foi questionado por jornalistas sobre as afirmações de Cunha. O ministro afirmou que o presidente da Câmara tem direito de se posicionar e que, na democracia, é necessário respeitar as opiniões.

"Todos os que acompanham o dia a dia do governo sabem que o governo da presidenta Dilma [Rousseff] valoriza o vice-presidente Michel Temer. O vice-presidente Michel Temer, além da função institucional que está exercendo neste momento, que é substituir a presidenta, também tem papel fundamental na governabilidade."

MERCADANTE DEFENDE TEMER COMO ARTICULADOR POLÍTICO

LUANA LOURENÇO
NOME DA AGENCIA

O ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, defendeu ontem (2) a atuação do vice-presidente Michel Temer como articulador político do governo. Segundo ele, a experiência do vice foi fundamental para aprovação das medidas do ajuste fiscal no Congresso e será necessária na negociação de uma solução para o reajuste dos servidores do Judiciário, aprovado pelo Senado à revelia do governo.

"A presença do vice-presidente da República na articulação política do governo representa não apenas um gesto de desprendimento e sacrifício pessoal, mas vem trazendo grandes resultados na relação com o Congresso Nacional", informou Mercadante em nota divulgada pela Casa Civil.

A declaração também responde a críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Cunha disse ontem que Temer estaria sendo "sabotado por parte do PT" e deveria deixar a articulação política do governo, que comanda desde abril.

O projeto de lei aprovado pelo Senado estabelece reajuste escalonado para os servidores do Judiciário, com

variação de 53% a 78,56%. O pagamento deverá ser feito em seis parcelas, entre julho deste ano e dezembro de 2017. Pelas contas do governo, a medida terá impacto de R\$ 25,7 bilhões até 2018.

De acordo com Mercadante, "não há espaço para um reajuste salarial com impacto de R\$25 bilhões no atual cenário das contas públicas". O ministro argumentou que havia uma negociação em andamento entre o governo, por meio do Ministério do Planejamento, e o Supremo Tribunal Federal para definir uma política de valorização dos servidores do Judiciário.

"Esse compromisso será mantido, mas terá de evoluir com a articulação com o conjunto do funcionalismo público". Mercadante acrescentou que havia um acordo com o Judiciário para que a votação de terça-feira (30) fosse adiada, mas o governo não conseguiu evitar a análise do texto no plenário do Senado.

"A longa experiência do vice-presidente só tem contribuído para a boa gestão das finanças públicas e para superar episódios com diálogo e busca de entendimento. Tenho certeza de que, com a competente coordenação política do vice-presidente chegaremos a um acordo com os servidores do Judiciário", concluiu o ministro.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 03.07.15 EDITORIA: POLÍTICA

Deputados vão ao STF contra votação

« LEGISLATIVO » Parlamentares contrários à iniciativa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que retomou a votação da proposta para reduzir a idade da maioria penal, vão entrar com um mandado de segurança

Brasília (AE) - Parlamentares contrários à decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de ter retomado a votação da maioria penal após uma derrota do tema, vão entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando o comportamento de Cunha na próxima terça-feira, 07. A decisão foi anunciada ontem, após uma reunião com deputados de diversas bancadas. O peemedebista Darci Perondi (RS), que é contrário à redução da maioria penal e foi chamado por Cunha durante a votação da última terça-feira de "grande petista", disse que o mandado não pedirá que se julgue o mérito da questão, mas a atitude de Cunha. "Vamos contra a pedala regimental", disse.

Segundo o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), o documento será assinado por parlamentares de vários partidos e está sendo preparado com cautela. "Queremos fazer uma coisa bem feita para ter êxito", disse. No caso da reforma política, parlamentares também entrarão com um mandado de segurança para suspender a votação, mas o pedido foi negado pela ministra Rosa Weber. O novo documento, de acordo com o petista, terá a assinatura de parlamentares de partidos como o PT, PMDB, PdoB, PPS, PSOL e PSB.

Molon exaltou as declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Melo, e do ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, que disseram ver desrespeito à Constituição na ação de Cunha. "Vamos ter mais argumentos além da violação da Constituição, vamos mostrar que essa prática está sendo repetida reiteradamente", disse Molon.

Ontem, à Rádio Estado, Marco Aurélio citou o artigo 60, parágrafo 5º da Constituição para criticar a nova votação. "Temos uma regra, em bom português, segun-



Alessandro Molon afirma que as votações de matérias derrotadas na mesma legislatura tem se repetido na Câmara dos Deputados

A matéria foi rejeitada em um dia e aprovada no dia seguinte. Esse fenômeno a Constituição proíbe

MARCUS VINÍCIUS COELHO
Presidente da OAB

do a qual a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. Nesse período muito curto, de (menos de) 48 horas, nós não tivemos duas sessões legislativas, nós tivemos uma única sessão legislativa", afirmou.

Já Barbosa usou sua conta oficial no Twitter para criticar a ma-

nobra do presidente da Câmara dos Deputados. "Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa", disse o ex-presidente do STF no Twitter.

Recurso

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também pretende ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz a maioria penal, se o projeto for aprovado em segundo turno na Câmara e também no Senado. O presidente da entidade, Marcus Vinícius Furtado Coelho, considera inconstitucional a manobra utilizada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de levar à votação uma PEC mais branda sobre o tema 24 horas depois de a primeira proposta sobre o assunto ter sido derrotada.

"Temos de ter clareza que a alteração tópica da redação de uma PEC não é suficiente para retirar um fato: a matéria foi rejeitada em um dia e aprovada no dia seguinte. É justamente esse fenômeno que a Constituição proíbe", afirmou o presidente da OAB, em nota. Ele destaca que a constituição proíbe a utilização de nova votação para matéria já rejeitada no mesmo ano legislativo. "Trata-se do devido processo legislativo. Existe para que maiorias ocasionais não sufiquem as minorias", completou, sem fazer referência direta ao presidente da Câmara dos Deputados.

Magistrados

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) considerou "grave" e inconstitucional o procedimento adotado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que permitiu a aprovação em primeiro turno da proposta de

emenda constitucional (PEC) que reduza a maioria penal de 18 para 16 anos. Uma PEC mais branda sobre o tema foi levada à votação na Casa 24 horas depois de a primeira proposta sobre o assunto ter sido derrotada.

Por meio de nota, a associação apontou que a medida adotada pela Câmara "fere o regime legislativo e representa inconstitucionalidade formal à proposta". Além da questão procedimental, a AMB alega que a redução da maioria penal fere cláusula pétrea da Constituição, que proíbe deliberação sobre matéria que tente reduzir direitos ou garantias individuais.

"Essé mais um retrocesso para a democracia brasileira. Buscar a redução da maioria penal como solução para diminuição da violência juvenil, sem o profundo e importante debate, trará intangíveis danos à sociedade", entende a entidade de juizes.

Ministro destaca papel do vice na governabilidade

Brasília (AE) - O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, disse que o presidente da República em exercício, Michel Temer, desempenha um "papel fundamental na governabilidade". O comentário foi feito depois de o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defender a saída do peemedebista da articulação política do governo.

"O Michel entrou para tentar melhorar essa articulação política e está claramente sendo sabotado por parte do PT. Eu acho que, a continuar desse jeito, o Michel deveria deixar a articulação política", disse Cunha.

Em um discurso de pacificação, Edinho disse a jornalistas que, numa democracia, "temos de respeitar as opiniões". "O presidente da Câmara tem o direito de se posicionar, de ter as suas opiniões, todos que acompanham o dia a dia do governo sabem que o governo do presidente Dilma valoriza o vice-presidente Michel Temer. O vice-presidente Michel Temer tem papel fundamental na governabilidade", comentou o ministro.

Desde o agravamento do "caos político", Temer passou a acumular as funções da Vice-Presidência com as da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). No mês passado, os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Defesa, Jacques Wagner, sugeriram a escalada de um titular exclusivamente para a SRI, o que provocou desconforto entre peemedebistas, que viraram no gesto um esvaziamento das funções de

Cunha defende que Temer deixe a articulação

Brasília (AE) - O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defendeu publicamente que o vice-presidente Michel Temer deixe a articulação política do Palácio do Planalto após fim das votações do ajuste fiscal. Michel Temer é presidente nacional do PMDB e assumiu as funções da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) após a presidente Dilma Rousseff afastar o então ministro Pepe Vargas (PT-RS), que não tinha interlocução com Eduardo Cunha e estava sem condições de negociar com a base aliada.

"O Michel entrou para tentar melhorar essa articulação política e está claramente sendo sabotado por parte do PT. Eu acho que, a continuar desse jeito, o Michel deveria deixar a articulação política", defendeu Cunha ontem numa coletiva de imprensa recheada de ataques ao governo Dilma

e ao PT. "Do jeito que está indo aqui - com o governo se misturando com o PT - o PMDB deve ficar longe dessa articulação política. Porque isso não está fazendo bem para o PMDB", acrescentou.

A declaração de Eduardo Cunha joga mais combustível no clima de rebelião que existe hoje no PMDB. Nas últimas semanas, diante da acentuada queda de popularidade de Dilma, do cenário econômico adverso e das novas denúncias de corrupção que atingiram o PT, a ala peemedebista que defende um afastamento entre partido e Planalto ganhou força.

O primeiro passo desse processo, dizem, seria justamente a entrega da articulação política, gesto considerado drástico por aliados de Temer. Na avaliação de interlocutores do vice-presidente, um movimento nesse sentido aceleraria o rompimento da aliança e daria cor-

po à tese do impeachment.

Cunha chamou as queixas dos deputados contra a redução da maioria penal - aprovada na noite de quarta após manobras regimentais encampadas pelo peemedebista - de "choro" de quem não tem voto e está assumindo uma agenda contrária à sociedade. "Não é à toa que o governo está indo para 9% de popularidade (segundo pesquisa CNI/Ibope) e está no mesmo tamanho daqueles que apoiam a manutenção da idade penal", disparou Cunha. "O PT está na pauta dos 9%. E o governo também erra quando entra na pauta do PT", disse o presidente da Casa.

PAGINAS 11
Diminuição da idade para a maioria penal provoca divergências



Eduardo Cunha afirma que há boicote contra a articulação política

Temer. O ministro da Secom e Temer se reuniram ontem no anexo do Palácio do Planalto, onde funciona o gabinete da Vice-Presidência. Segundo um auxiliar, Edinho tratou com Temer sobre liberação de campanhas da Secretaria.

Não é à toa que o governo está indo para 9% de popularidade. Está no mesmo tamanho daqueles que apoiam a manutenção da idade penal

EDUARDO CUNHA
Presidente da Câmara

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 03.07.15

EDITORIA: POLÍTICA

Prefeitura e Câmara são ocupadas por grevistas

« **PROTESTOS** » A Prefeitura de Natal conseguiu uma liminar judicial para retomar a posse do Palácio Felipe Camarão, ocupado na quarta feira (01) pelos guardas municipais em greve. Durante a noite, eles trocaram os cadeados de portas e portões, impedindo o acesso de outros servidores. A Guarda deve deixar o prédio na manhã de hoje. Na Câmara Municipal, servidores de Natal ocuparam o plenário durante cinco horas e conseguiram marcar uma data para negociar com a Prefeitura o reajuste salarial da categoria. « **PÁGINAS 3 E 9** »

Após ocupação da Câmara, grevistas abrem negociações

« **PRESSÃO** » Manifestantes ficam sete horas no plenário e conseguem o apoio dos vereadores para marcar uma reunião sobre o aumento salarial



FOTOS: MAGNUS NASCIMENTO

Plenário da Câmara Municipal fica ocupado pelos manifestantes que estavam preparados para permanecer no local

O acampamento dos servidores da Prefeitura de Natal, que estão em greve, na Câmara, durou pouco mais de sete horas. Depois dos vereadores terem suspendido a sessão e declarado apoio à pressão da categoria para o Executivo abrir a negociação para o reajuste da categoria, os funcionários desocuparam o plenário do Legislativo após o líder do prefeito Carlos Eduardo na Casa, Raniere Barbosa (PRB), apresentar um documento.

O ofício, assinado pelo secretário chefe do Gabinete do Prefeito Johnny Costa, agendou para a próxima segunda-feira, às 15h, na sede da Secretaria Municipal de Planejamento, a primeira rodada da negociação. Pelo ofício, o Executivo destaca que, neste encontro, já será apresentada uma proposta de reajuste e as condições de pagamento.

Com o documento apresentado pelo líder do prefeito, os vereadores e os líderes sindicais foram para o plenário da Câmara e foi acordado que os trabalhos do

Legislativo seriam retomados. Na sessão se ontem foram lidos dois projetos, também reivindicação dos servidores: os concursos para a Secretaria Municipal de Saúde e para Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

"Essa é uma luta de muitos anos. Serão mil vagas para cada uma das secretarias nesse novo concurso público", disse a presidente do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Natal, Soara Godeiro.

No entanto, o agendamento da negociação entre servidores e Executivo não finaliza os condicionantes da Câmara de Natal. O vereador Felipe Alves (PMDB) ressaltou que a primeira condição era o agendamento da reunião, o que foi feito, e assim a Câmara inicia a discussão das emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Condições

Overeador Júlio Protásio disse que há outra condição: o Legislativo concluirá a votação da

ORÇAMENTO

Prefeitura compromete 50,6% da receita com gasto de pessoal

A divulgação do balanço do primeiro quadrimestre de 2015 mostrou que a Prefeitura de Natal compromete 50,6% da sua receita com o gasto de pessoal.

Com isso, o Executivo da capital está abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 51,3% da receita com a folha de pessoal. No primeiro quadrimestre de 2015 foram gastos com pessoal na Prefeitura de Natal R\$ 840.013.477,60.

LDO apenas quando a Prefeitura finalizar a negociação da data base com os servidores públicos.

Quando os vereadores entram no plenário para anunciar a chegada do ofício da Prefeitura garantindo a retomada da negociação, o presidente da Casa, vereador Franklin Capistrano (PSB), enalteceu o trabalho da Casa de parar suas atividades pa-

ra incentivar o diálogo entre Prefeitura e servidores em greve. "Os vereadores são avalistas desse acordo", destacou Capistrano.

A presidente do Sinsenat lembrou que foram 18 anos aguardando a criação da data base. "A data base chegou em 2010 e trouxe dignidade para o trabalhador", destacou. Ela ressaltou que, caso a Prefeitura não apresente uma proposta de reajuste viável para categoria, novos atos ocorrerão. "Se a proposta apresentada não for aceita nós vamos retomar (as mobilizações) de forma mais incisiva", observou.

O acampamento dos servidores na Câmara de Natal ocorreu na manhã de ontem, como uma resposta ao fato da Prefeitura não ter enviado, para audiência pública convocada para debater o assunto, secretário com poder deliberativo. "O governo com isso (não enviar secretário para a audiência pública) não faltou com respeito ao meu mandato, mas a esta Casa Legislativa", disse o vereador Júlio Protásio, autor da proposição de audiência pública.



Manifestantes ficam por horas no plenário até que conseguirem a garantia de que haverá reunião

Reivindicação é de aumento e fim do abono

A manifestação no plenário começou no fim da manhã de ontem, quando os manifestantes decidiram ocupar o plenário da Câmara Municipal de Natal e condicionaram a saída a uma resposta da Prefeitura sobre implementação de reajuste salarial. Os servidores públicos municipais foram à Câmara para participar de uma audiência pública onde o assunto em questão seria a negociação para a data base da categoria. Entre outras coisas, os funcionários públicos pleiteiam reajuste salarial de 17,97% e fim do abono salarial, além de implantação dos níveis vencidos. O grupo tinha a expectativa de que o prefeito Carlos Eduardo participasse do encontro, o que não ocorreu.

Sem a presença do chefe do Executivo, os manifestantes decidiram permanecer na Câmara Municipal até que ocorra um encontro com um prefeito Carlos Eduardo e seja definida a situação. O Executivo chegou a sugerir reunião com os grevistas na quarta-feira (8). Depois, foi marcada uma reunião na prefeitura para a próxima segunda-feira.

Desfecho precisou de articulação

O desfecho do fim do acampamento dos servidores no plenário da Câmara de Natal ocorreu após diversos capítulos. Um dos mais marcantes foi na tarde de ontem, quando os vereadores se reuniram na Sala da Presidência e ficaram aguardando a chegada do documento, que deveria ser trazido pelo líder do prefeito, Raniere Barbosa, onde a Prefeitura acenaria com a abertura da negociação.

A sessão da tarde de ontem, que iniciaria a discussão das

emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi suspensa como forma de apoio dos vereadores ao movimento dos servidores e foi aberta apenas após a desocupação e sem iniciar a discussão da LDO. Fato que começará hoje, em sessão extraordinária, a partir das 9h.

Durante a reunião, aguardando o posicionamento da Prefeitura sobre o encontro com os servidores, era assunto comum os vereadores afirmando que "pela primeira vez estava em greve". A frase era uma alusão a pa-

ralização adotada para apoiar os servidores e também como forma de pressionar o Executivo da capital a receber os funcionários para negociação.

Servidores e vereadores apontaram, durante todo processo de acampamento, que a Prefeitura Municipal não havia cumprido o acordo feito: a negociação da data base seria iniciada após a votação do projeto da Dívida Ativa, que repassou para instituições de crédito a cobrança das dívidas de créditos tributários do Executivo.



PAGINA 9
Prefeitura é ocupada por guardas municipais em greve



Durante o dia, guardas impediram acesso à sede da Prefeitura



À noite, oficiais de Justiça e PM não conseguiram retomar prédio



Comissão de guardas e OAB se reúne e fecha acordo com PGM

Guardas desocupam prédio hoje

«OCUPAÇÃO» Após intermediação da OAB/RN, guardas e Prefeitura chegam a um acordo. Sede do Executivo será desocupada nesta manhã. PGM afirma que executivo vai reabrir as negociações com comissão da categoria

VALDIR JULIANO
Repórter

A administração municipal vai reabrir as negociações com a Guarda Municipal a partir das 7 horas de hoje, depois de cumprida a reintegração de posse do Palácio Felipe Camarão, conforme decisão judicial do juiz Cícero Macedo Filho, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Natal. O procurador geral do Município, Carlos Castim, disse, no entanto, que está afastado do diálogo com o Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Rio Grande do Norte (Sind-guardas/RN), coisa a ser feita, agora com uma comissão representativa dos guardas, que já foi recebida ontem à noite na sede da PGM, na rua Mossoró, numa reunião em que era acompanhada da advogada Kátia Nunes e da qual participaram o secretário municipal de Segurança Pública, Osório Jacome e os dois novos comandantes da Guarda Municipal, Michel Araújo Dantas e Alexandre Stiva Souza.

O prédio da Prefeitura de Natal, na rua Ulysses Caldas, Cidade Alta, foi ocupado às 15 horas da quarta-feira (1º), tendo os guardas em greve desde o dia 11 de maio. Na manhã de ontem, os manifestantes fizeram a troca dos cadeados das travas da porta do imóvel, impedindo o acesso dos servidores à sede da Prefeitura. Já noite de ontem, depois de 40 horas de ocupação, o oficial de Justiça Eudes Lima Bezerra e outro colega, que não quis se identificar, chegaram a ser impedidos de entrar na prefeitura, enquanto uma comissão de guardas municipais tentou uma intermediação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para que só sáíssem do prédio no começo da manhã de hoje (3), o que foi aceito pela Procuradoria Geral do Município.

Em caso de a determinação judicial ser descumprida, o sindicato será autuado. A multa estipulada é de R\$ 50 mil, segundo a assessoria de imprensa



Oitenta guardas ocupam a sede da Prefeitura por mais de 40 horas. Ontem à noite, eles fizeram acordo para desocupar prédio hoje



QUEM

Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Rio Grande do Norte

O QUE

Liderou ocupação da sede da Prefeitura de Natal por 80 guardas municipais na quarta-feira (1). Eles reivindicam aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração Próprio, direito garantido na Lei Federal 13.022/14



PÁGINAS 3
Após ocupação da Câmara, grevistas abrem negociação

sa da Prefeitura. "A situação ficou tensa, mas viemos à OAB e fizemos um tipo de acordo e informamos que desocuparíamos a prefeitura pela manhã", afirmou o guarda municipal João Napoleão. Juntamente com outros 80 guardas, ele estava acampado na Prefeitura, ontem à noite, quando chegaram os oficiais de Justiça acompanhados de duas guarnições do 1º Batalhão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte para cumprir a determinação judicial.

O procurador Carlos Castim disse que já havia se comprometido a apresentar ao Sindicato guardas uma data de audiência na próxima terça-feira (7). Na opinião dele, o sindicato não agiu com paciência para esperar pelo anúncio dessa audiência com a área econômica da administração municipal.

"A gestão municipal não é insensível a essa situação, só que diante da dimensão e do impacto que plano de cargos e salários vai resultar no orçamento municipal um impacto de mais de R\$ 11 milhões por ano", disse o procurador municipal.

Para Castim, isso exige por parte do município cautela e prudência. "Estamos no limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e não podemos aceitar situações impostas por pressões e não devidamente estudadas e avaliadas pela equipe econômica do governo, e simplesmente encaminhar para apreciação e votação na Câmara Municipal", afirmou.

A presidente do Sindicato das Guardas, Margareth Vieira, chegou a dizer que a ocupação do prédio "era uma forma de controlarmos o acesso" e "evitar

qualquer depredação que pudesse ser atribuída aos guardas". Apenas uma funcionária, responsável pelas guias de abastecimento dos veículos oficiais da Prefeitura e demais órgãos ligados ao Executivo, foi liberada para entrar no prédio.

Os guardas reivindicam a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração Próprio, direito já garantido na Lei Federal Nº 13.022/14. Eles iniciaram um acampamento em 8 de junho, quando chegaram a cogitar uma greve de fome. O sindicato negou a informação de que havia uma audiência de negociação marcada para a próxima terça-feira. "Tínhamos reuniões marcadas terça (30) e ontem (dia 1º), porém, a Prefeitura desmarcou o encontro sem apresentar motivos", disse Margareth Vieira.

Em meio à greve, Guarda Municipal tem novo comando

Em meio à greve dos guardas municipais, que entrou para 54 dias, o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, promoveu a troca de comando da corporação. Os atos de nomeação do novo comandante Michel Araújo Dantas, que também assume o cargo de secretário municipal adjunto de Segurança e do subcomandante Alexandre Stiva Souza, foram publicados na edição de ontem do "Diário Oficial do Município". Os novos gestores substituem o segundo supervisor João Gilderlan Alves de Sousa e o guarda municipal Carlos Cruz, respectivamente.

Já na quarta-feira (1º), o secretário municipal de Segurança, Osório Jacome, havia se reunido pela primeira vez com os novos auxiliares: "Esperamos avançar ainda mais no serviço preventivo de segurança gerido em Natal e para isso contamos com dois guardas municipais capacitados para dar sequência a essa missão".

Segundo Jacome, a Semdes vai focar a gestão de segurança municipal na operacionalização das ações do Programa Crack é Possível Vencer, em Felipe Camarão, com também a busca da integração do sistema de videomonitoramento do município e a ampliação das atividades de patrulhamento e de prevenção social efetivadas pela Guarda Municipal. "Pelos planejamentos que realizamos temos a certeza de que podemos contribuir muito com a segurança", disse o secretário.

O procurador Carlos Castim disse que "nós entendemos é que no momento em que se busca construir novas etapas de avanço para a guarda municipal, o governo entendeu por bem promover essa mudança, que é natural, reconhecemos o trabalho prestado pelos comandantes que saíram, mas a gente encara isso de forma absolutamente natural nessa mudança de comando".

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 03.07.15

EDITORIA: NATAL

RN apresenta suas armas



Técnicos da TAM visitaram o aeroporto Governador Aluizio Alves. O Estado apresentou a retomada das obras do acesso ao aeroporto, bem como as qualificações técnicas do terminal. Uma reunião para discutir os incentivos econômicos foi acordada, mas ainda sem data definida. « PÁGINA 8 »

RN expõe obras e incentivos à TAM

« DE OLHO NO HUB » Governo do estado e municípios apresentaram à companhia possíveis vantagens para que instale no RN um centro de conexão de voos, conhecido como "hub"

NADJARA MARTINS
Repórter

Técnicos do grupo Latam, formada pela TAM Linhas Aéreas e a chilena LAN Airlines, visitaram manhã de ontem o aeroporto Governador Aluizio Alves para discutir, junto ao Governo do Estado e municípios, incentivos para a instalação de um centro de conexões aéreas (hub) em terras potiguares. Na nova rodada de negociações, o Estado apresentou a retomada das obras do acesso ao aeroporto, bem como as qualificações técnicas do terminal. Uma reunião para discutir os incentivos econômicos também foi acordada, mas ainda não tem data definida para acontecer. A disputa com Pernambuco e Ceará pelo investimento, porém, continua acirrada: no mesmo horário da reunião no RN, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), reuniu-se com a presidente da companhia, Claudia Sender em São Paulo.

Durante a visita ao aeroporto potiguar, a comitiva de técnicos da companhia, formada por Tiago Lopes e Cássio Martins, da

NÚMERO

3

Estados disputam o investimento da TAM: Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

rão prontos em dezembro de 2015 e 2016, respectivamente. No que tange aos municípios, foram apresentadas as áreas disponíveis para instalação de infraestrutura logística. Em Macaíba, por exemplo, uma área de 1,2 mil hectares vizinho à Zona de Processamento de Exportação (ZPE) foi adquirida por um grupo chinês que almeja implantar uma área industrial, segundo a Prefeitura do Município.

Pacote

O pacote de incentivos fiscais, que o governo pretendia apresentar nesta reunião, será discutida posteriormente com dois consultores contratados pela companhia para fazer a análise econômica dos estados com-



Em reunião ontem, o Estado apresentou a retomada de obras de acesso e dados do aeroporto

CAMPANHA

O Governo do Rio Grande do Norte também lançou ontem uma campanha publicitária

Aeroporto é ponto forte, diz Inframérica

Estratégias vão de reuniões políticas à redução de ICMS

Tiago Lopes e Cássio Martins, da Latam, inspecionou a pista, o terminal de cargas, o sistema de embarque de bagagens e a torre de controle do terminal potiguar. Após a visita, por volta das 10h, os técnicos se reuniram a portas fechadas com representantes do Governo do Estado e dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba, além de dois diretores do Consórcio Inframérica, administrador do aeroporto. Por volta das 13h, o governador Robinson Farias e os prefeitos Jaime Calado e Fernando Cunha, passaram a integrar a reunião.

Na reunião, o Estado apresentou um vídeo e distribuiu material elencando 15 pontos que justificariam a instalação do investimento no RN. As exposições foram feitas pelo secretário estadual de Planejamento, Gustavo Nogueira, e o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagens, Jorge Fraxe. De acordo com o fontes ouvidas pela reportagem, a conversa versou, especificamente, sobre pontos estruturais do terminal, como a finalização dos acessos, o transporte de cargas e passageiros, e áreas disponíveis para a instalação de empresas de logística. O Estado assegurou que os acessos da BR-406 (norte) e BR-304 (sul) fica-

lise econômica dos estados competidores: Mark Ahasic e Magda Lutterbach, da consultoria britânica Arup. Na saída do encontro, o governador Robinson Faria ressaltou que as discussões eram "eminentemente técnicas". "Vim somente dar as boas vindas, e relembrar a importância deste investimento para o estado. Falamos do acesso ao aeroporto, a questão dos incentivos fiscais, que podemos ampliar, e da infraestrutura", ressaltou. Questionado sobre a visita do governador do Ceará à TAM, Faria replicou: "A TAM não vai agir politicamente."

Para o secretário estadual de Turismo, Ruy Gaspar, a reunião foi positiva. "A reunião foi quase 100% sobre infraestrutura aeroportuária, e nisso estamos na frente. Temos área de expansão, torre de controle própria, maior capacidade de pousos por hora. Não solicitaram nenhum ajuste à infraestrutura do aeroporto", pontuou Gaspar. Até mesmo os acessos rodoviários e a potencialidade econômica do RN, que seriam os pontos fracos do Estado na disputa, são minimizados. "Em um hub, 70% das pessoas não ficam na cidade. O principal é a conexão. Então os acessos são necessários somente para a nossa mobilidade", asseverou.

uma campanha publicitária para estimular o apoio da população em prol do hub da TAM. Desenvolvida pela Base Propaganda, a campanha tem como slogan "Estamos na luta para o RN decolar", e terá como foco as redes sociais, de acordo com a assessoria de comunicação do governo do Estado. O Ceará iniciou uma campanha semelhante, em 22 de junho, chamada "Todos pelo Hub da TAM no Ceará." "O Rio Grande do Norte pode ser o grande protagonista dessa história. Temos todos de abraçar essa causa", defendeu o governador Robinson Faria, em nota encaminhada pelo Estado. "O anúncio está se espalhando rapidamente nas mídias sociais. A campanha pelo hub da TAM não é somente do governo, mas de todos os potiguares. A campanha de comunicação tem a intenção de mostrar que o engajamento nesse desejo de receber esse investimento para o estado é de todos os potiguares", acrescentou a secretária de comunicação do Estado, Juliska Azevedo, em nota.

A Inframérica, administrador do Aeroporto do RN, divulgou nota avaliando o encontro com a equipe da TAM como positivo e frisou que aguarda a divulgação do resultado prevista para o final do segundo semestre de 2015. "A empresa (Inframérica) destaca que não está medindo esforços para alcançar este objetivo. A infraestrutura do Terminal e sua possibilidade de crescimento, aliada à localização estratégica de Natal são os pontos fortes para a conquista deste novo projeto", disse. O consórcio resalta que, em um ano, o aeroporto cresceu 9% em relação à movimentação de passageiros e a previsão é fechar este ano com 10% de incremento.

Recentemente, o aeroporto recebeu do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea, subordinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando Aeronáutico, o aumento na capacidade de operação da pista, podendo operar 30 movimentos/hora, ou um voo a cada dois minutos, a maior capacidade de pista do Nordeste brasileiro. "Recentemente também houve a inclusão de novos voos no portfólio do Terminal como a rota direta para Buenos Aires".

De acordo com a assessoria de comunicação do Governo do Ceará, o chefe do Executivo estadual, Camilo Santana (PT), esteve em reunião na manhã de ontem com a presidente da TAM Linhas Aéreas, Cláudia Sender, acompanhado ainda por dois senadores do estado, José Pimentel e Tasso Jereissati, e o secretário de Infraestrutura do governo, André Facó. A reunião aconteceu a portas fechadas.

Todos os estados, porém, iniciaram políticas de incentivo. Em maio, por exemplo, Pernambuco concedeu a redução do ICMS sobre o querosene de aviação, dois meses após o RN adotar a mesma medida. O Ceará já havia concedido a redução de 30% para 12% em 2013. Além disso, decretou, também, a redução de 17% para 4% da alíquota cobrada sobre importação de aeronaves, helicópteros, peças de aeronaves e equipamentos aeronáuticos. A mesma medida é estudada pelo Governo do RN, embora o Estado evite falar em percentuais.

Vantagens

"Um aspecto em que perdemos é o PIB, mas a empresa vai analisar tanto a receita quan-

mos é o PIB, mas a empresa vai analisar tanto a receita quanto o custo. E custo o RN tem condições de cortar mais”, afirmou o secretário estadual de Tributação, André Horta Melo, sem detalhar como. “Tudo o que já está aí vai ser levado em conta (na proposta do estado), mas todos os estados vão tentar oferecer mais vantagens. Só que há limites, nem todo mundo pode chegar a tudo. A redução que São Gonçalo deu para ISS não pode ser feita por cidades maiores”, analisou.

A disputa se mostra cada vez mais acirrada com as “ousadas” dos estados. Recentemente, o Ceará conseguiu incluir, de última hora, o aeroporto Pinto Martins dentro do programa de concessões à iniciativa privada. A concessão representa um investimento de R\$ 1,8 bilhão no terminal. O governador Camilo Santana já “prometeu” um terminal exclusivo para a companhia após a expansão do terminal, segundo entrevista publicada no jornal O POVO, em 15 de junho. O terminal abrigaria 17 fingers exclusivos (pontes de embarque), esteira automatizada e estacionamento.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 03.07.15 EDITORIA: PRINCIPAL

PREFEITO PROMETE NEGOCIAR COM SERVIDORES NA SEGUNDA

/ NATAL / SINDICATO DOS SERVIDORES OCUPA PRÉDIOS DA CÂMARA E DA PREFEITURA E SÓ CONCORDAM EM SAIR APÓS CARLOS EDUARDO PROMETER PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL PARA SEGUNDA-FEIRA

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

SERVIDORES MUNICIPAIS DESOCUPARAM o plenário da Câmara Municipal de Natal no final da tarde de ontem depois de passarem o dia inteiro reivindicando o cumprimento da data-base. O prefeito Carlos Eduardo prometeu que segunda-feira (6) apresentará à categoria uma proposta para o cumprimento do reajuste, mas anunciou que não vai dialogar com os guardas municipais que estão em greve e ocuparam as dependências da prefeitura, onde o expediente foi suspenso ontem. Na Câmara de vereadores os servidores aguardavam pela manhã, durante uma audiência pública, que a prefeitura enviasse representante para iniciar as negociações que levassem ao cumprimento da data-base instituída em 2010. Em reuniões e audiências anteriores, o prefeito havia acordado que, após a aprovação do projeto de lei para a cobrança da dívida ativa do município, abriria as negociações com os servidores.

O projeto foi aprovado na quarta-feira passada, mas sem o prefeito ou algum secretário as negociações não aconteceram. O secretário adjunto do Gabinete Civil, Daniel Henrique Bandeira, alegou que a prefeitura não teria condições de receber os servidores ontem, que por esta razão, decidiram acampar dentro da Câmara, até que houvesse um indicativo concreto de negociação. Eles receberam o apoio dos vereadores a partir de uma proposta da vereadora Amanda Gurgel (PSTU) que sugeria que os parlamentares só votassem a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) quando houvesse um posicionamento do prefeito. A gente só vota a LDO quando for assumido o compromisso de promover uma reunião para negociar a data-base. A Câmara foi

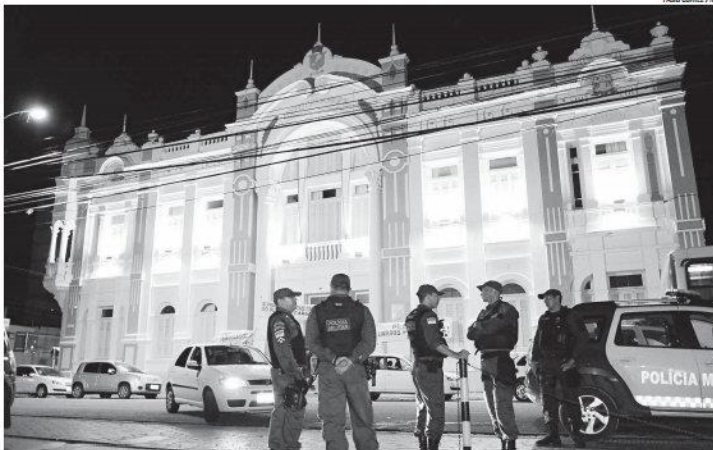
avaliada do acordo entre o Executivo e os servidores e cumpriu seu papel, agora queremos respostas", declarou o proponente da audiência, vereador Júlio Protásio (PSB). Assim ocorreu e a sessão ordinária de ontem em que começaria a ser apreciada a LDO foi cancelada.

No final da tarde, um documento assinado pelo secretário-chefe do gabinete Civil, Jhonny Costa, chegou à Câmara com a garantia da abertura do diálogo na próxima segunda-feira (6) às 16h na secretaria municipal de planejamento. "Como líder da bancada governista fiquei como interlocutor dessa negociação e o governo já vinha fazendo um estudo prévio. Na segunda-feira será apresentado aos servidores a proposta de cumprimento da data-base e a forma de pagamento", explicou Ranieri.

Imediatamente, foi aberta uma sessão ordinária para que fosse lido o documento e o projeto de lei para a realização de concurso público em algumas áreas da administração pública, outra reivindicação da categoria que foi atendida. "Foi uma vitória de todos e vamos caminhar ao entendimento. Nós reivindicamos 17,97% de reajuste de acordo com as perdas salariais medidas pelo Dieese, mas vamos conhecer a proposta do prefeito", diz a presidente do Sindicato dos servidores municipais (Sinsensat), Soraya Godeiro.

Com os acontecimentos que suspenderam por um dia as atividades em plenário, a votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi transferida para a segunda-feira. Já foram encartadas 197 emendas pelos vereadores ao projeto original e hoje os vereadores receberam a secretária municipal de Administração, Jandira Borges, para discutir a matéria.

De acordo com o presidente da Câmara Municipal, vereador Franklin Capistrano (PSB), serão



No início da noite, policiais foram acionados para ajudar na desocupação da Prefeitura, mas houve acordo e guardas municipais deixam hoje prédio



Câmara Municipal intermediou acordo com entre Executivo e servidores

necessárias sessões extraordinárias na próxima semana. "Vamos fazer sessões extras para votar a LDO para podermos entrar em recesso. Também precisaremos votar outros projetos como o que autoriza a realização de concurso pú-

blico e o projeto substitutivo aos vetos da licitação dos transportes. Entendo que a Câmara está cumprindo com seu papel, articulando e abraçando causas do povo como a que vimos hoje com os servidores municipais", disse.

JUSTIÇA DETERMINA DESOCUPAÇÃO DA PREFEITURA

A sede da Prefeitura de Natal também foi ocupada ontem pelos guardas municipais, mas no início da noite a Justiça estadual concedeu liminar em favor da prefeitura para a desocupação imediata do prédio. Foi acordado – com intermédio da OAB – que os guardas deixaram o prédio hoje de manhã.

Eles estão em greve há 40 dias e exigem um incremento de 20% nos seus salários e a execução do plano de

promoções de carreiras. Em nota, a prefeitura declarou que não vai negociar até que o prédio seja desocupado. De acordo com a presidente do sindicato dos Guardas Municipais, Margareth Vieira, a ocupação se deu em função do poder municipal não ter atendido às demandas apresentadas pelos guardas, mas a categoria está aberta ao diálogo, desde que a Prefeitura cumpra com o plano de cargos e carreiras apresentado desde 2013. A prefeitura repudiou o ato que considerou truculento, alegando que estava em negociação com a categoria, com reunião agendada para a próxima terça-feira (7).

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: PRINCIPAL

/ LAVA JATO /

Procurador estima que Zelada desviou 11 milhões de euros

YARA AQUINO
AGÊNCIA BRASIL

O EX-DIRETOR DA Área Internacional da Petrobras Jorge Zelada, preso ontem (2) na 15ª fase da Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), recebeu valores indevidos em operações na estatal como o aluguel de navios-sonda e fez remessas de dinheiro para a China e transferência de recursos entre a Suíça e Mônaco após o início da Lava Jato. As informações foram divulgadas pelo Ministério Público, em entrevista na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

"Temos valores e temos indicativos fortes de que havia problema na área de sonda da Petrobras. E movimentação [de recursos] no exterior posterior ao início da Lava Jato com remessas banci-

rias para a China, o que indica uma continuidade do crime de lavagem de dinheiro que motivou principalmente a prisão", disse o procurador Carlos Fernando Santos Lima. Segundo ele, também houve transferência de dinheiro da Suíça para Mônaco, o que indicaria o interesse de ocultar valores.

De acordo com o procurador, estima-se 11 milhões de euros tenham sido transferidos entre países europeus. Ele disse que esse volume de recursos é incompatível com a renda do ex-diretor. Zelada foi citado por delatores presos nas fases anteriores da operação como um dos beneficiários do esquema de corrupção na Petrobras. O ex-diretor da estatal foi preso de manhã, no Rio de Janeiro, e será transferido para a Superintendência da PF em Curitiba. A previsão é que ele che-

gue na cidade às 14h. Também foram apreendidos documentos na casa de Zelada e na residência da ex-mulher dele.

Carlos Fernando Santos Lima disse que a 15ª fase da Lava Jato, chamada de Operação Mônaco, marca o encerramento da fase de investigações nas diretorias da Petrobras. Ele explicou, no entanto, que as investigações na estatal não estão esgotadas. "Depois de um ano e meio dessa fase de investigação, cremos que não existem indicativos de maiores desvios em outras diretorias, com outros diretores. Não posso dizer que não vão surgir [indícios] porque me surpreendo a cada dia com o nível de provas que conseguimos. Mas o núcleo básico [do esquema] já está bem delineado", disse o procurador.



Segundo PF, Jorge Zelada remeteu milhões para a China

O núcleo básico citado por Carlos Fernando Lima é formado por quatro ex-diretores da Petrobras que foram presos: Nestor Cer-

veró, da Área Internacional, antecessor de Zelada; Renato Duque, da Área de Serviços e Engenharia; Paulo Roberto Costa, da Área

de Refino e Abastecimento e Jorge Zelada. De acordo com a Polícia Federal, os investigados na operação responderão pelos crimes de corrupção, fraude em licitações, desvio de verbas públicas, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

A defesa de Jorge Zelada avaliou como desnecessária a prisão dele. Em nota, o advogado Eduardo de Moraes informou que o ex-diretor sempre esteve à disposição das autoridades e não oferece risco às investigações. "Sua liberdade não representa, como nunca representou, qualquer risco à investigação ou à ordem pública. O método de prender para apurar e processar subverte a Constituição Federal e precisa ser repellido, sob pena de imperar, como está imperando, o arbítrio em detrimento da lei", acrescentou Moraes.

JOSÉ DIRCEU PEDE HABEAS CORPUS PREVENTIVO

A defesa do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu entrou ontem (2) com pedido de habeas

corpus para evitar possível prisão por causa da Operação Lava Jato. Segundo o advogado Roberto Podval, devido à dinâmica das investigações, "tudo leva a crer" que Dirceu está prestes a ser preso. O ex-ministro cumpre prisão em regime aberto por ter sido condenado

na Ação Penal 470, o processo do mensalão.

Podval afirma que a eventual prisão do ex-ministro não se justifica, pois ele está colaborando com as investigações desde o momento em que passou a ser investigado na Lava Jato. A defesa alega

que o ex-ministro é alvo de uma "sanha persecutória". "Ele abriu mão de seus sigilos telemático e telefônico e se colocou à disposição, mais de uma vez, para prestar esclarecimentos à autoridade policial e ao Ministério Público Federal sobre os fatos apurados no in-

quérito policial", lembrou Podval. O advogado informou à Justiça Federal que a empresa JD Consultoria, de propriedade de Dirceu, encerrou suas atividades e encaminhou os documentos sobre os serviços prestados às empreiteiras Galvão Engenharia, OAS

e UTC, investigadas na Lava Jato. "Não há um único indício de que o paciente (já preso, ressalte-se) esteja inflando, de alguma forma, na coleta das provas, seja criando entradas na investigação, seja ameaçando ou cooptando testemunhas", disse o defensor.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

Setor encolhe em vendas, empresas e empregados

« VEÍCULOS » Dados mostram queda de 20,67% na venda de veículos novos, no 1º semestre. Há também menos concessionárias e empregos

IGOR GADELHA

São Paulo (AE) - A venda de veículos novos no Brasil caiu 20,67% no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período do ano passado, divulgou ontem a Federação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Fenabrave). De janeiro a junho de 2015, foram emplacados 1.318.985 automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, cerca de 344 mil a menos do que nos seis primeiros meses do ano passado. O semestre também foi marcado pelo fechamento de centenas de concessionárias, milhares de demissões e estoques elevados.

Em junho deste ano, mês com 21 dias úteis de venda, os licenciamentos de veículos somaram 212.535 unidades, o que equivale a uma retração de 19,4% na comparação com o total vendido durante o 20 dias úteis de junho do ano passado, quando as vendas já haviam sido prejudicadas pela Copa do Mundo. Na comparação com maio, também com 20 dias úteis de vendas, os emplacamentos praticamente se mantiveram estáveis em junho, ao cair apenas 0,07%.



Setor tem entre 323 mil e 325 mil unidades encalhadas no Brasil, segundo dados da Fenabrave

NÚMEROS

1,31 milhão

De automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus foram emplacados entre os meses de

Revisão

A Fenabrave anunciou também mais uma revisão para baixo de todas as suas projeções para desempenho das vendas do setor automotivo em 2015. É a terceira revisão desde o início deste ano. As últimas mudanças de es-

Estoque é considerado 'muito elevado'

DO ESTADÃO CONTEÚDO

Segmentos

As vendas de automóveis e comerciais leves juntos, por sua vez, caíram 19,76% no primeiro semestre frente um ano atrás, ao somarem 1.269.853 unidades. Só em junho, os emplacamentos do segmento totalizaram 204.627 unidades, queda de 0,16% ante maio e recuo de 18,35% na comparação com o mesmo mês do ano passado. De acordo com a Fenabrave, no mês passado foram emplacados 175.272 automóveis e 29.355 comerciais leves.

O segmento de pesados apresentou o pior desempenho nas vendas. De janeiro a junho deste ano, os emplacamentos de caminhões e ônibus juntos recuaram 38,79% em relação a igual período de 2014, ao soma-

rem 49.132 unidades. No mês passado, foram vendidos 6.210 caminhões e 1.698 ônibus em todo País.

344 mil

Menos emplacamentos foram registrados no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2014.

Somando motocicletas, implementos rodoviários, máquinas agrícolas e outros veículos, o total de emplacamentos no primeiro semestre foi de 2.053.114 unidades, o equivalente a queda de 17,62% na comparação com os seis primeiros meses de 2014.

março e abril. A Fenabrave espera agora que os emplacamentos totais de veículos novos deverão somar 2,662 milhões de unidades em 2015, o equivalente a queda de 23,8% ante as 3,498 milhões de unidades vendidas o ano passado. A nova previsão é bem mais pessimista do que as retrações de 18,93% estimada em abril, de 10% prevista até março e de 0,53% projetado no início do ano.

Para o segmento automóveis e comerciais leves juntos, projeta agora retração de 23% nas vendas neste ano, previsão pior do que as quedas de 18% estimada até abril, de 10% prevista em março e de 0,5% projetada no início de 2015. A entidade prevê que serão vendidos 2.563.126 unidades, sendo 2.127.394 automóveis e 435.731 comerciais leves.

Lojas fecham e milhares são demitidos

DO ESTADÃO CONTEÚDO

Como reflexo de uma dos piores desempenhos de vendas desde 2007, 492 concessionárias foram fechadas no primeiro semestre deste ano, causando a demissão de cerca de 12 mil trabalhadores, informou ontem o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), Alarico Assumpção.

Segundo o dirigente, as concessionárias consideradas fechadas são aquelas que não faturaram nenhum veículo no primei-

ro semestre, mas que poderão reabrir no futuro. Ele acrescentou que no período, outras 250 lojas foram abertas, gerando um saldo de 242 concessionárias que deixaram de operar, o equivalente a 3% das cerca de 7,9 mil empresas que o setor possui.

Assumpção previu que o número de demissões poderá chegar a 20 mil trabalhadores até o final do ano, o que corresponde a aproximadamente 3% dos 410 mil funcionários que o setor emprega atualmente. Até o início de maio, o executivo estimava que esse número poderia chegar a 40

mil funcionários. "Reduzimos nossas estimativas em virtude de que achamos que o ajuste grosso já ocorreu", explicou.

O executivo acredita que o setor só deve apresentar alguma recuperação a partir de 2016. "E mesmo assim, bem gradual", ponderou. De janeiro a junho, as vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus caíram 20,67% em relação a igual período do ano passado. A previsão da Fenabrave é de que os emplacamentos encerrem 2015 com queda de 23,87% ante 2014.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 03.07.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Remuneração menor

A queda no salário médio de admissão do brasileiro já é maior do que na crise de 2009. Os novos profissionais estão sendo contratados por um salário 10,7% menor se comparado àqueles que deixaram seus empregos, revela pesquisa da Catho e da Fipe, ao apresentar os indicadores que reforçam o diagnóstico negativo do momento atual do mercado de trabalho brasileiro. O salário médio de admissão registrou queda de 1,6% na comparação livre de efeitos inflacionários entre maio de 2015 e o mesmo mês do ano anterior, o que representa um resultado pior do que o que tivemos durante a crise de 2009 nessa base de comparação.

OSCILAÇÕES Os indicadores da economia norte-americana estão oscilando muito. Ontem, mais um dado confirma isso. As encomendas à indústria dos EUA tiveram nova queda mensal.

Indústria

A produção industrial brasileira cresceu em maio 0,6%, após três meses seguidos de queda e acompanhou o crescimento da produção da indústria paulista, segundo o IBGE. Mesmo assim, o instituto não garante que possa indicar uma melhora no setor industrial. Foi o melhor resultado em dez meses. Com o crescimento da produção, a indústria deixou de demitir mais trabalhadores, embora na indústria de automóveis a paralisação das fábricas é a maior dos últimos anos.

Recuperação

Com a economia em recessão os requerimentos de recuperação judicial batem recorde histórico. De acordo com a Serasa Experian, nos seis primeiros meses de 2015, foram 492 as recuperações judiciais requeridas. É um volume recorde para o acumulado de um primeiro semestre desde 2006, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências (junho/2005). Já no levantamento da Boa Vista SCPC, os pedidos de falência aumentaram 9% no primeiro semestre.

BANCOS Uma pesquisa revela que cinco a cada dez operações bancárias serão feitas online em 2019. O estudo, que ouviu mais de 100 bancos em todo o mundo, também aponta que 56% das operações serão realizadas por dispositivos móveis em 2019. Atualmente, a média mundial dessas operações é de 36%, enquanto que na América Latina esse número é de 27%. Os dados são de dois estudos encomendados pela SAP e realizados pela consultoria The Economist ao redor do mundo.

Em busca da rentabilidade

Os investimentos em LCIs e LCAs viram artigo raro. Isentas de imposto de renda as letras de crédito têm sido bastante procuradas e somem rapidamente das "prateleiras" dos distribuidores. Em tempos de economia fraca, ficam mais escassas as operações de crédito imobiliário que servem de base à estruturação

de LCIs, é o que diz o diretor administrativo da Companhia Hipotecária Brasileira (CHB), Pedro Barreto. "Sem o lastro, é impossível estruturar as letras", afirma Barreto. Na comparação da primeira quinzena de junho com o mesmo período de maio, o volume de emissões recuou 36%, para R\$ 14,1 bilhões.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

Governo adia pagamentos do abono

« TRABALHADOR » Metade dos trabalhadores com direito ao benefício em 2015 terá que esperar até o próximo ano para receber. Mudança fará o governo economizar R\$ 9 bilhões

WELLTON MÁXIMO
Repórter da Agência Brasil

Brasília - Cerca de metade dos trabalhadores com direito ao abono salarial de 2015 só receberão o benefício no próximo ano. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou a extensão do calendário de pagamento. A mudança fará o governo economizar R\$ 9 bilhões neste ano.

Em vez do cronograma tradicional de pagamento, de julho a outubro, o abono será pago em 12 meses, de julho deste ano até junho de 2016. Do total de R\$ 19,1 bilhões previstos, R\$ 10,1 bilhões serão desembolsados neste ano. A medida foi aprovada pelo conselho, que reúne representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores, em reunião, ontem.

Neste ano, o governo tinha tentado restringir a concessão do abono salarial, destinado ao trabalhador com carteira assinada, que ganha até dois salários mínimos e que trabalhou pelo menos 30 dias. O Congresso chegou a aprovar a Medida Provisória 665, que previa a concessão do benefício a quem tinha trabalhado pelo menos 90 dias, mas a presidenta Dilma Rousseff vetou o dispositivo, após acordo com os senadores. Parte dos parlamentares alegava que a restrição era inconstitucional.

A extensão do calendário de



O QUE

O abono salarial é um benefício anual que o governo paga a trabalhadores, equivalente a um salário mínimo.

QUEM

É pago ao trabalhador que recebeu, em média, até dois salários mínimos mensais no ano anterior; Estiver cadastrado no PIS ou PASEP há pelo menos cinco anos e que trabalhou no ano anterior, com vínculo empregatício, pelo menos 30 dias.

COMO

O dinheiro é liberado de acordo com um calendário, por meio da Caixa Econômica, Correspondentes Caixa Aqui e Lotéricas. Alguns trabalhadores que receberiam este ano, porém, terão que esperar até 2016.



Do total de R\$ 19,1 bilhões previstos em abono, R\$ 10,1 bilhões serão desembolsados neste ano

pagamentos ajudará o governo a reduzir os gastos para cumprir a meta de superávit primário – economia para o pagamento dos juros da dívida pública – de R\$ 66,3 bilhões em 2015 (1,1% do Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no país).

Originalmente, o governo pretendia economizar R\$ 16 bilhões com as novas regras do seguro-desemprego e do abono salarial. Com as mudanças no Congresso, a economia havia caído para R\$ 5 bilhões.

Trabalhadores

Por enquanto, a ampliação do prazo de pagamento só vale para os benefícios de 2015. O calendário de pagamento do abono salarial de 2016 só será discutido pelo Codefat na reunião do próximo ano. O novo cronograma foi aprovado por 10 votos a 7. Os votos contrários vieram, na maior parte, dos representantes dos trabalhadores.

A decisão desagradou às centrais sindicais. Em nota, a Força

Sindical criticou a extensão do calendário, classificando a mudança de retirada de direitos dos trabalhadores. “Não satisfeito com todas as dificuldades impostas à classe trabalhadora brasileira, como a redução de direitos trabalhistas e previdenciários, conquistados ao longo dos anos, o governo vem, agora, com outra pedalada para cima dos trabalhadores, penalizando, desta forma, milhares de trabalhadores de menor renda”, criticou a entidade.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ TRIBUTOS /

OPERAÇÃO ÁGUA VIVA INVESTIGA EMPRESA QUE FRAUDA NOTA FISCAL

A RECEITA FEDERAL, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram ontem a Operação Água Viva com objetivo de combater crimes contra a ordem tributária.

Por meio de um comunicado, o Fisco informou que as investigações foram iniciadas após identificação de fraudes de empresa do setor industrial, com atuação em todo o território nacional, suspeita de distribuir produtos no mercado com nota fiscal reutilizada ou subfaturada.

De acordo com a Receita, as negociações com os clientes da empresa sem a nota fiscal tinham "claro intuito de reduzir ilegalmente a base de cálculo dos tributos, gerando prejuízo aos cofres públicos".

Durante as investigações, informou a Receita, foi possível comprovar que a prática estava disseminada na

organização, sem registros oficiais e, inclusive, acompanhada pelos principais sócios.

Há indícios de que o esquema funcionava da mesma forma há vários anos, inclusive com uso de sistemas informatizados paralelos para controle de caixa 2, relata a Receita. O valor das autuações podem chegar a R\$ 200 milhões, caso seja confirmada a fraude nas fábricas da empresa.

Foram cumpridos mandados de prisão temporária, de busca e apreensão e conduções coercitivas nas sedes da empresa e nas residências dos sócios, nas cidades de Governador Valadares (MG), Cuiabá (MT), Bauru (SP) e Piracicaba (SP). Além da empresa, poderão ser multados e responderão pelos crimes clientes que tenham se beneficiado com as ações ilícitas.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ BURACO /

AUMENTAM PEDIDOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

AS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS requeridas pelas empresas totalizaram 492 ocorrências no primeiro semestre do ano, de acordo com Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Este patamar é recorde para o acumulado de um primeiro semestre desde 2006, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, o atual quadro recessivo da atividade econômica dificulta a geração de caixa das empresas, impondo dificuldades financeiras. As sucessivas elevações das taxas de juros aumentam as despesas financeiras das empresas, agravando a situação da solvência empresarial.

As micro e pequenas em-

presas lideraram os requerimentos de recuperação judicial de janeiro a junho de 2015, com 255 pedidos, seguidas das empresas de médio porte, com 147, e das grandes empresas, com 90.

Já os pedidos de falência chegaram a 798 em todo o país, o que representa aumento de 0,8% em relação aos 792 requerimentos do mesmo período de 2014.

Segundo os dados, 410 pedidos foram de micro e pequenas empresas (alta de 1,74% em relação ao mesmo período de 2014), 181 de médias empresas (reco de 7,65% na comparação com 2014) e 207 de grandes empresas (alta de 7,25% sobre os dados de 2014).

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ DEVAGAR /

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCER 0,6% EM MAIO

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL brasileira cresceu 0,6% em maio na comparação com abril, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado interrompe um período de queda de três meses consecutivos em relação os meses imediatamente anteriores, mas ficou 8,8% abaixo do registrado no ano passado.

Segundo o IBGE, a produção industrial brasileira acumula queda de 6,9% em 2015 e de 5,3% quando analisado o período de doze meses encerrado em maio.

A indústria de bens de consumo foi a que teve o melhor desempenho entre as categorias econômicas, com alta de 1,4% na comparação com abril, puxada pelo au-

mento de 1,2% nos bens semiduráveis e não duráveis. Os bens duráveis tiveram queda de 0,1%. Na comparação com o ano passado, no entanto, a produção de bens de consumo teve queda de 12% e acumula perdas de 9,6% em 2015.

A indústria de bens de capital também teve variação positiva em relação a abril, com alta de 0,2%, mas apresentou queda de 26,3% na comparação com maio de 2014. Já os bens intermediários tiveram uma produção 0,5% menor que em abril e 4,9% menor que em maio do ano passado. De janeiro a maio, os bens de capital tiveram retração de produção de 20,6% e os intermediários, de 9,6%.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ CNI /

Capacidade instalada caiu para 80,1% em maio

A UTILIZAÇÃO DA capacidade instalada na indústria recuou para 80,1% em maio com queda de 0,4 ponto percentual em comparação a abril, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A queda foi mais intensa se comparada com maio do ano passado (81,1%). Os dados já dessazonalizados (sem levar em conta atividades típicas de cada mês, como feriados) mostram que, com exceção do faturamento, todos os indicadores industriais caíram.

Em maio, o faturamento real – indicador dessazonalizado – registrou alta de 1,6% ante abril. O resultado, no entanto, indica que a queda sofrida em abril foi revertida apenas em parte e está 10,1% inferior se comparada a maio de 2014.

As horas trabalhadas na pro-



► Horas trabalhadas na produção caíram 0,5% no mês passado

dução caíram 0,5% no mês passado, também sem influências sazonais. Se comparada com maio de 2014, o indicador registra queda de 10,2%. O emprego recuou 0,9% na compa-

ração entre abril e maio e 5,6% ante o mesmo mês do ano passado. Houve também recuo na massa salarial de 1,2% e 5,9%, respectivamente, na mesma comparação.

O rendimento médio real do trabalhador da indústria caiu 0,3% em maio na comparação com abril e 0,4% ante maio de 2014.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a produção industrial brasileira cresceu 0,6% em maio na comparação com abril. O resultado interrompe um período de queda de três meses consecutivos em relação os meses imediatamente anteriores, mas ficou 8,8% abaixo do registrado no ano passado.

O IBGE informou, ainda, que a produção industrial brasileira acumula queda de 6,9% em 2015 e de 5,3% quando analisado o período de doze meses encerrado em maio. A CNI e o IBGE utilizam metodologias diferentes para esse tipo de cálculo.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

RN IMPRESSIONA LATAM, DIZ GOVERNO

/ HUB / GOVERNO DIZ QUE REPRESENTANTES DA LATAM FICARAM "IMPRESSIONADOS" EM VISITA PARA ANALISAR POTENCIAL DO ESTADO PARA INSTALAR CONEXÃO LOGÍSTICA

NA MAIOR DISCRICÃO, os técnicos da Latam vieram ontem ao Rio Grande do Norte para fazer uma vistoria no aeroporto Aluízio Alves para analisar as possibilidades dele ser a sede do disputado hub (centro de conexão logística) da operadora aérea. O governo destacou a impressão positiva que os enviados pela operadora tiveram das instalações locais. Também estão no páreo pelo equipamento os estados do Ceará e Pernambuco. O anúncio da sede do hub deve acontecer no final do segundo semestre e deve render um investimento de R\$ 4 bilhões. Estima-se que 10 mil empregos sejam criados.

Os representantes preferiram não falar com a imprensa e, no final da tarde de ontem, o governo emitiu uma nota afirmando apenas que os técnicos "gostaram das instalações e da capacitação do aeroporto para ofertar os serviços que serão demandados para operação do hub".

A proposta para o centro é que ele concentre os voos de todo o país e da América do Sul, fazendo conexões rápidas e eficientes com destinos no exterior, principalmente a Europa.

Da equipe encarregada em fazer a vistoria, estão o gerente de projetos, Tiago Lopes, o analista de projetos, Cássio Martins, a consultora Magda Lutterbach e o consultor externo da TAM, Mark Ahasic. Durante a reunião com representantes do governo, prefeituras e Inframérica, foi apresentado um vídeo citando 15 pontos fortes para que o RN seja a sede do hub.

O governador Robinson Faria destacou a posição geográfica estratégica, localizado no



► Reunião, ontem, entre o governo do Estado, os técnicos da operadora Latam, Inframérica e prefeitos

ponto das Américas mais próximo à Europa e à África. "Isso significa otimização de tempo e custos para voos nacionais e internacionais", explicou, e enfatizou as ações de Governo apontadas como um diferencial competitivo a favor do "Sediamos a refinaria Clara Camarão que produz querosene de aviação, garantindo o suporte necessário à demanda e temos o preço do combustível reduzido com a redução fiscal já adotada pelo Governo".

Os acessos ao aeroporto foram citados pelo Diretor de Estradas e Rodagens Ernesto Fraxe, que apresentou o projeto com prazo de conclusão das vias até 2016.

A administradora do aeroporto Aluízio Alves, Inframérica, através de nota considerou que o encontro foi positivo e a empresa aguarda a divulgação do resultado, prevista para o final do segundo semestre de 2015.

Apontou a infraestrutura do terminal e sua possibilidade de crescimento, aliada à localização estratégica de Natal como os pontos fortes para a conquista do projeto. Em um ano, o aeroporto cresceu 9% em relação à movimentação de passageiros e a previsão é de fechar este ano com 10% de incremento.

Os integrantes do governo acompanharam a visita da comissão da Latam a todas as dependências do aeroporto, de-

sembarque, torre de controle e a própria pista de pouso e decolagem. O governo pretende conceder a Latam um pacote de incentivos fiscais para conseguir a instalação do hub.

Paralelamente, o governo negocia com a Petrobras a redução do preço do querosene de aviação (QAV). Entre outros pontos defendidos pelo governo para que o hub fique aqui estão a rede hoteleira; a essência do projeto do Aluízio Alves, pensado para ser um hub; a capacidade de expansão do terminal; a operação privada (concedida).

Outro ponto defendido pelo poder Executivo é a intenção dos Correios de instalar um centro de cargas no aeroporto.

DEMS ROUSSOS

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

RETRAÇÃO É NORMAL EM ANO DE AJUSTE, DIZ BC

/ FREIO / EM UM EVENTO NA FRANÇA DIRETOR DO BANCO CENTRAL, LUIZ AWAZU, DISSE SER NORMAL A ECONOMIA APRESENTAR UM RESULTADO ABAIXO DE SEU POTENCIAL

O IMPACTO NA atividade econômica brasileira, que deve apresentar resultado abaixo do seu potencial, é normal em um ano de ajuste. A avaliação é do diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Luiz Awazu Pereira da Silva, que participou ontem, na França, do seminário da revista The Economist - Brazil Business Summit.

O diretor citou também que eventos não econômicos como as investigações da Operação Lava Jato se sobrepõem ao ciclo de negócios.

Luiz Awazu reforçou que a volta do crescimento econômico virá com fortalecimento da confiança. Ele citou que o governo tem uma agenda de concessões, com medidas para melhorar o capital físico (investimentos em infraestrutura) e o humano (educação).

O diretor defendeu os ajustes



ANTÔNIO OLIVEIRA / AB

► Luiz Awazu fala que crescimento econômico voltará com o fortalecimento da confiança e de investimentos

na economia, com cortes em gastos públicos e aumento da taxa básica de juros, a Selic, para que haja um realinhamento de preços no país. Ele destacou que o duplo ajuste de preços relativos (administrados e externos) impactou a inflação no primeiro semestre deste ano, elevando o resultado acumulado de 12 meses e as expectativas para 2015.

A Selic já passou por seis altas seguidas e está atualmente em 13,75% ao ano. O BC usa essa taxa para tentar conter a inflação, que deve estourar o teto da meta para o ano. A projeção do próprio BC indica inflação este ano acima da meta, em 9%. A meta de inflação para este ano e 2016 é 4,5%, com limite superior de 6,5%. Para 2017, o Conselho Monetário Nacional reduziu o limite superior para 6%.

"A redução da banda de tolerância da meta de 2017 reafirma esse compromisso com a meta

de inflação de 4,5%", destacou o diretor.

A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve como referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o BC contém o excesso de demanda que pressiona os preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Embora ajude no controle dos preços, o aumento da taxa Selic prejudica a economia, que atravessa um ano de recessão, com queda na produção e no consumo.

"O objetivo da política monetária [elevações da taxa Selic] é evitar que o impacto do ajuste dos preços relativos em 2015 seja transmitido para 2016", disse. Luiz Awazu acrescentou que a política monetária pode e deve conter os

efeitos de segunda ordem para circunscrevê-los a este ano.

"Por essa razão, a política monetária está e se manterá vigilante para assegurar a convergência da inflação para a meta de 4,5% no final 2016", ressaltou. Ele acrescentou que o Banco Central reitera que é preciso determinação e perseverança na luta contra a inflação. "A melhor contribuição da política monetária para um novo e virtuoso ciclo de crescimento econômico é trazer a inflação para a meta de 4,5% no final de 2016 e ancorar as expectativas", reforçou o diretor.

O diretor disse ainda que o cenário internacional espera normalização dos juros pelo Federal Reserve, banco central americano. O aumento de juros pelo banco central dos Estados Unidos e a melhora da economia americana de-

vem atrair mais investidores para aquele país e, por consequência, há um fortalecimento global do dólar. Luiz Awazu disse que mesmo com a melhor preparação e com boa comunicação do Federal Reserve, a volatilidade (fortes oscilações nos mercados financeiros) é possível.

O diretor destacou ainda que a saída da Grécia da zona do euro e retomada da moeda dracma acrescenta algum estresse.

Para o diretor, as percepções sobre o Brasil estão melhorando, com o efeito positivo do ajuste macroeconômico. Apesar da melhora, ele destaca que é preciso continuar com o processo de ajuste. "Temos que manter os pilares macroeconômicos da nossa casa em ordem e estabilizado para o lift-off [normalização da taxa de juros americana]", acrescentou.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 03.07.15

EDITORIA: ECONOMIA

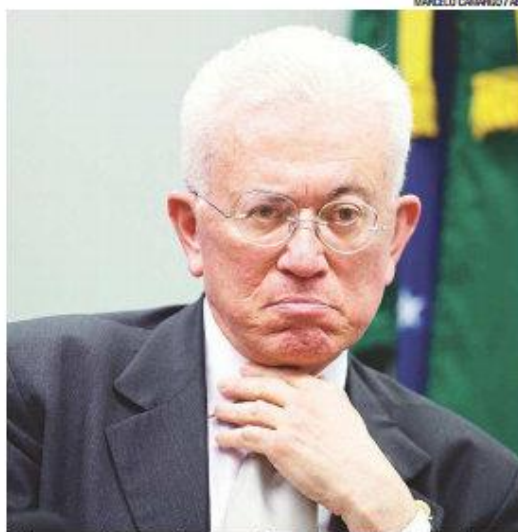
/ TRANSIÇÃO /

Ministro considera ajuste uma “ponte” para desenvolvimento

O **MINISTRO DA** Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, disse ontem que o ajuste fiscal promovido pelo governo “é uma ponte” para nova estratégia de desenvolvimento do país. Ele participou da reunião da Comissão Geral da Câmara que está promovendo uma série de encontros com ministros para debater as políticas governamentais.

Mangabeira defendeu a necessidade do ajuste fiscal para o resgate da confiança financeira dos investidores e, por consequência, a retomada do crescimento da economia. Além disso, destacou que as medidas promovidas pelo governo não devem ser vistas “como um simples ajuste de contas”, mas a transição para uma nova estratégia de desenvolvimento.

“Construir uma estratégia de desenvolvimento nacional não é apenas formular um plano de governo, mas trabalhar por um projeto de Estado capaz de sobreviver a um governo que esteja momentaneamente no poder”, ressaltou o ministro. Aos deputados, Mangabeira Unger defendeu a criação de uma nova estratégia “rebelde” de desenvolvimento com ênfase nas políticas de fortalecimento



MAPLELO CAHANGO / AB

► Unger considera que país passa por fase para construir projeto duradouro

de capacitação e na ampliação das oportunidades.

Ele defendeu “o sacrifício social” exigido pelas medidas de austeridade fiscal. A seu ver, a política econômica atual é uma condição para que o governo crie oportunidades de desenvolvimento,

especialmente na educação e na produção.

O ministro ressaltou que as políticas fiscais terão que forçar a baixa da taxa de juros uma vez que o momento econômico é de queda da oferta e da demanda. “O juro elevado não deve ser o prin-

cipal instrumento de combate a inflação. Para isso, o instrumento deve ser a expansão da oferta”, argumentou Mangabeira Unger. Ele defendeu a manutenção do câmbio flutuante, a importação de altas tecnologias e a exportação de produtos com maior valor agregado.

Segundo Mangabeira, parte dos problemas produtivos do país é explicado pelas mudanças recentes no cenário econômico mundial. Nos últimos anos, destacou, o desenvolvimento brasileiro teve um momento de estímulo do consumo e o aumento da renda popular. “A segunda fase foi a produção e exportação de commodities, produtos primários pouco transformados, aproveitando a riqueza da natureza brasileira, a agricultura e a mineração”.

Essas políticas fizeram com que a maioria dos brasileiros passassem a depender “da abundância de dinheiro no mundo” decorrente do crescimento da China e da alta dos preços de produtos primários. A partir do momento em que o cenário da economia mundial mudou, o setor produtivo brasileiro passou a enfrentar problemas, explicou.

